

Resenha

Scherer-Warren, Ilse. *Redes de Movimentos Sociais*. São Paulo : Ed. Loyola, 1996, 2. Ed. 143 p.

Iara Maria Chaves

Professora da Fundação Universidade Regional de Blumenau – FURB.

Nas duas últimas décadas, os movimentos sociais (MS), foram objeto de várias pesquisas sociais e fonte de inspiração para muitas utopias. Autores latino-americanos e de outras partes do mundo postularam um novo paradigma político onde o sujeito histórico perde seu caráter de classe e adquire uma ampla diversidade dentro do cenário social. A ênfase dada ao potencial inovador e transformador destas ações coletivas, categorizados de “novos” MS, produziu uma expectativa relativamente otimista quanto aos seus resultados mais imediatos. O fato de não haver existido uma mudança radical na sociedade, após duas décadas de atuação dos MS, fez com que muitos dos autores revissem a importância dos mesmos. Este porém não foi o caso de Ilse Scherer-Warren, autora de *Redes de Movimentos Sociais*. A relevância deste texto deve-se precisamente ao fato de expressar a análise dos MS em termos de “redes de movimentos”. Isto lhe permitiu avançar criativamente em relação a literatura existente, a partir de um contexto epistemológico muito rico de “integração da diversidade”¹, circunstância que a possibilitou situar o cenário

¹ Para chegar a este ponto de vista epistemológico, a autora diz ter se inspirado em Margaret Archer, *Sociology for One World: Unity and Diversity*. “International Sociology”, 1991.

Revista de Ciências Humanas	Florianópolis	v. 14	n. 20	p.177-183	1996
-----------------------------	---------------	-------	-------	-----------	------

local, dentro de um campo transnacional, onde, em forma de articulação e redes, acontecem as mais importantes manifestações destes atores sociais. A consequência desta opção é muito fecunda em relação ao debate teórico sobre MS na América Latina: resgate dos seus principais impasses (entropia em termos da avaliação do seu potencial libertador inicial, de certa sensação de imobilismo, inércia e até mesmo desencanto). Isto abre o debate para uma maior interação com a diversidade e com o pluralismo dos valores, por perceber o papel articulador que os MS assumem no mundo “único” e cada vez mais interdependente e intercomunicativo, deste final de século.

O livro está composto por vários artigos de distintas épocas e se observarmos sua seqüência em forma de capítulos, poderemos constatar a sistematização da trajetória intelectual mais recente da autora (de 1986 em diante) e o percurso por ela percorrido no desenvolvimento de sua atual abordagem teórica. Enquanto que os capítulos II, III, IV e V, escritos na década de oitenta, tematizam ainda os “novos” MS, os capítulos VI e VII já se expressam como “redes de movimentos”(RM).

O primeiro capítulo é norteador e encaminha a leitura dos outros. Nele estão mapeadas as distintas abordagens analíticas das ações coletivas na América Latina, e o leitor é introduzido nos debates teóricos dos MS de maneira geral e também no de RM. Recomenda-se uma leitura atenciosa do mesmo, pois sem dúvida constitui um aporte vital neste campo de reflexão, tanto por sua riqueza conceitual, como por sua abrangência em termos de referências históricas sobre a evolução destas teorias. Utilizando uma periodização em termos de fases:

- 1) dos meados do século XX até a década de 70, quando priorizaram-se as abordagens de lutas de classe;
- 2) os anos 70, quando a partir do Seminário de Mérida, no México, passa-se a incorporar nas análises, interpretações de lutas históricas “nacional-populares”;

- 3) os anos 80, onde a categoria “movimento social” será a referência central para as reflexões teóricas e as pesquisas nesta área e além de serem detalhados os vários enfoques dos autores latino-americanos sobre esta temática, destacando-se como estas ações coletivas contemporâneas foram denominadas de “novos” MS;
- 4) as perspectivas para os anos 90, e a opção em priorizar o enfoque analítico de RM. A autora termina refletindo que, apesar da preocupação atual em torno de problemas comuns, “a humanidade como um todo está longe de qualquer uniformização de valores” e que as “forças sociais atuam nas mais diversas direções” (p.25).

Ressaltamos que este livro destaca aquelas forças “que embora apresentem contradições, têm-se preocupado e defendido a resolução de problemas” comuns a toda humanidade “tais como a degradação ambiental, pobreza e desigualdade, o status da mulher na sociedade, padrões e políticas de direitos humanos, tráfico e uso de drogas ilegais e outros”. Isto, para Scherer-Warren, “é uma opção ética” (p.25). A ética, de certa forma é o fio condutor da problemática do livro e já estava presente em “Redescobrir nossa dignidade: avaliação da utopia da libertação na América Latina”(cap. II), escrito em 1986. Nesta fase a autora ainda não pensava em “redes”, mas no entanto já considerava teoricamente a articulação de três movimentos: o feminista, o ecopacifista e a Teologia da Libertação; apesar desta articulação ainda estar expressa como “penetração das utopias” dos dois primeiros movimentos, através de seus valores feministas e pós-materialistas, com os valores espirituais e de direitos humanos do terceiro mundo. Destaca-se aqui, além da excelente reflexão teórica sobre a Teologia da Libertação na América Latina, o diagnóstico da existência de valores conflitantes entre esta e o movimento feminista, tais como os relacionados ao tema do aborto, dos contraceptivos e do casamento. Problemas que se tornariam visíveis seis anos depois, no “Fórum Global”, durante

a “Eco 92”, quando feministas e ecologistas em geral, discutiriam as bases éticas para um controle de natalidade, frente ao super povoamento do planeta e ficariam nítidas as dificuldades de incorporar as crenças religiosas neste debate.² Esta capacidade de perceber teoricamente futuros problemas nas articulações dos movimentos demonstram a forte “sintonia” da autora com seu objeto de estudo, virtude que é constante em todos os artigos deste livro.

O capítulo seguinte analisa como os “novos” MS e seus “mediadores” contribuíram para a contestação do autoritarismo e para o processo de democratização brasileiro. Enquanto que os “novos” MS, (Bairro, Sem-Terra, Barragens) com seu agir, constroem “um novo sujeito social” (p.54) os “mediadores são os que estimulam as formas comunitárias de organização social” (p.55). O principal mediador é a Igreja, “através das Pastorais (Justiça da Paz, da Terra, da Juventude)” mas também os “agentes educacionais, líderes político-partidários, etc.” (p.59). Neste artigo, destaca-se a preocupação de observar o potencial de articulação que possuíam estes “novos” MS, pois isto lhes ajudariam a vencer suas dificuldades e limites, quanto à expansão do modelo cultural que está por trás do seu agir político e “do seu conceber e viver a sociedade” (p.60). Percebe-se este potencial nos Centros de Educação Populares, CUT, nas Pastorais que estimulam articulações, tais como os Encontros Regionais, Estaduais e Interestaduais de Movimentos Populares (p.60). No entanto, constata-se a existência de certos problemas no entrosamento dos movimentos de base mais populares e naqueles mais típicos da classe média, como os feministas e ecológicos. As dificuldades, das várias entidades que participaram do Fórum Global das ONGs, durante a ECO 92, para resolverem em nível prático suas diferenças, comprovam empiricamente as deduções teóricas da autora.

² Ver Tratado sobre População, Meio Ambiente e Desenvolvimento. In: *Tratado das ONGs. Aprovado no Fórum Internacional de Organizações Não Governamentais e Movimentos Sociais, no âmbito do Fórum Global - Eco 92. Editado pelo Fórum de ONGs. Rio de Janeiro, 1992 - p.202-205.*

Como o capítulo anterior, os capítulos IV e V referem-se ao momento de transição democrática no Brasil e “examinam casos específicos de reações populares” (p.10). “Que há de ‘novo’ nos movimentos sociais no campo?” (cap. IV), tem como preocupação central verificar o que em “termos de cultura política e de princípios éticos” está emergindo dos “movimentos sociais no campo” (p.10). Destacam-se os movimentos das “Barragens”, dos “Sem-Terra” e o de “Mulheres Agricultoras” em sua contextualização histórica e os pré-requisitos para as suas formações, seus alcances e limites, tanto de âmbito interno, como em relação aos contramovimentos e ao Estado. A maior preocupação deste artigo são os desafios para superar a tendência às análises fragmentadas da realidade” que afastam os estudiosos dos MS da “visão do inter-relacionamento das forças sociais ou, pelo menos, dos potenciais de articulação destas” (p.76). Já em “Projetos de grande escala, a ocupação do espaço e a reação popular” (cap. V) a autora “discute as formas de defesa dos explorados e expropriados em consequência destes projetos de grande escala durante o período autoritário, e as possibilidades de organização e de interferência nos processos de planejamento estatal no período de democratização” (p. 11). Apesar de consciente dos custos sociais que implicam a execução destes projetos e dos impactos destes sobre populações “indiretamente atingidas” (p. 87), faltou ser incluído neste artigo os custos em termos de impactos sócio-ambientais, o que teria ampliado as chances de se pensar as possíveis articulações destes mesmos atores, com os dos movimentos ambientalistas. Porém, esta articulação será a base para o artigo que compõe o capítulo seguinte.

“Movimentos sociais rurais e meio ambiente” verifica “as condições (reais e possíveis) de articulação entre lutas pela preservação da natureza e as lutas pela preservação de um determinado modo de vida (esta última como predominante nos movimentos sociais rurais)” (p.95). Além disso, ressalta a preocupação de “explorar em que medida existe uma questão

ética na articulação entre natureza (expressa nas lutas ecologistas) e humanidade (expressa) nas lutas pela sobrevivência” (p. 96). Este artigo, de 1990/96, coloca a autora entre àqueles cientistas sociais brasileiros que estão preocupados com a problemática ambiental,³ na medida que se preocupa em “verificar que tipo de articulações concretas vêm se realizando entre movimentos sociais rurais e movimentos ecologistas (...) e sob quais condições” (p.96). Partindo da constatação que “de um modo geral não há uma consciência ecológica mais abrangente entre as populações rurais” que “ela apenas aparece quando é diretamente relevante para as condições de sobrevivência do próprio grupo” (p. 99), observa que a luta pela preservação da natureza só faz sentido enquanto luta pela preservação de um modo de vida. Afirma que é num “contexto histórico, em que os movimentos vem assumindo as formas de redes com conteúdos éticos, que se iniciam as articulações entre a luta pela sobrevivência e a defesa da natureza” (p. 104). Aqui se analisa como se dá esta articulação entre os MS rurais, Movimento contra as Barragens, Movimento Indígena e Movimento dos Seringueiros, do Brasil. Conclui que, situando-se esta articulação em seu contexto histórico de desenvolvimento dos MS e “da crise do Estado Contemporâneo para atender as demandas populares”, resta verificar se estes movimentos rurais não estariam utilizando o discurso ecológico apenas para relegitimar as suas necessidades, sem adquirir “uma objetiva consciência ecológica” (p.110). Este artigo, apesar de inicial, expressa preocupações que os cientistas sociais que trabalham a problemática ambiental nem sempre visualizam, sendo por isso mesmo, uma importante contribuição para esta área de interesse.

³ Segundo Vieira, (VIEIRA, Paulo F. A problemática ambiental e as ciências sociais no Brasil (1980-90). In: *Daniel Hogan e Paulo Vieira (Orgs.)*. “Dilemas Sócio-Ambientais e Desenvolvimento Sustentável”. Campinas : Editora da UNICAMP, 1992 - p. 103-148). Scherer-Warren estaria entre aqueles autores que estão pesquisando os “impactos sócio-ambientais de políticas, programas e projetos de desenvolvimento” (p. 114).

O último capítulo do livro, “Redes de movimentos: uma perspectiva para os anos 90”, nos insere no centro da problemática pesquisada atualmente pela autora. Atendendo fins heurísticos, Scherer-Warren denomina “as condutas sociais (ou coletivas) da sociedade brasileira dos anos 90”, de “sociedade atomizada”, “condutas de crise” e de “movimentos sociais e condutas defensivas”. Após explicitar os três tipos de conduta, destacará, no terceiro, como se constitui o processo de articulações em formas de redes, nos anos 90. Afirma que “o princípio de articulação define-se (...), a partir de uma identidade que se constrói no plano dos valores, em torno de uma concepção de mundo” (p. 119). “Ainda que de forma hipotética”, sugere que as redes de movimentos que vêm se formando no Brasil apresentam algumas características em comum”, tais como, “busca de articulação de atores e movimentos sociais e culturais, transnacionalidade, pluralismo organizacional e ideológico, atuação nos campos cultural e político” (p. 119). Após explicar cada uma destas características, conclui algumas “questões/guias para investigação futura, que conduzem a pensar sobre significados políticos potenciais para as redes de movimentos”, tais como: “construção de novas utopias”, “práticas democráticas mais tolerantes com a diversidade, mas não à desigualdade”, “um novo imaginário social de paz e não violência”, e “em que medida a atuação das redes de movimentos nos campos cultural e político constitui-se em possibilidades de penetração/participação da sociedade civil na transformação da sociedade política propriamente dita” (p.123). Frente a um marco conceitual tão produtivo resta-nos aguardar que os resultados de suas próximas pesquisas nos proporcionem novos dados para continuarmos pensando o temas das RM.